



## Práticas de ensino de música de um professor com deficiência visual em uma escola pública da cidade de Salvador

*Ramon Barreiros Lima<sup>1</sup>*

*Categoria: Comunicação*

**Resumo:** Este artigo propõe a análise das práticas de ensino do professor de música deficiente visual, em duas turmas de uma escola pública em Salvador – Bahia. O objetivo geral é compreender as práticas de ensino aprendizagem deste professor. Os objetivos específicos são: abordar o percurso histórico do ensino de música para a pessoa com deficiência visual; discutir a atuação de um docente em música com deficiência visual; descrever as práticas de ensino de música de um professor cego na Escola Municipal Almerinda Costa. Com a análise das aulas, observamos um diferencial importante nas práticas de ensino do professor Welby, além de promover uma consciência inclusiva que eles vão levar para a vida. Com relação ao objeto do artigo, podemos concluir que os resultados obtidos pelo professor Welby são de grande importância, tanto na formação intelectual dos jovens, como na questão de inspiração para tantos outros docentes com deficiência visual.

**Palavras-chave:** Educação Musical Inclusiva. Deficiência Visual. Atuação Docente.

### **Music teaching practices of a visually impaired teacher in a public school in the city of Salvador**

**Abstract** This article proposes the analysis of the teaching practices of the visually impaired music teacher, in two classes of a public school in Salvador - Bahia. The general objective is to understand the teaching practices of this teacher. The specific objectives are: to approach the historical path of music teaching for the visually impaired person; to discuss the performance of a teacher in music with visual impairment; to describe the music teaching practices of a blind teacher at the Almerinda Costa Municipal School. With the analysis of the classes, we observed an important differential in the teaching practices of Professor Welby, besides promoting an inclusive conscience that they will take to life. Regarding the object of the article, we can conclude that the results obtained by Professor Welby are of great importance, both in the intellectual formation of young people, as well as in the question of inspiration for so many other teachers with visual impairment.

**Keywords:** Inclusive Music Education. Visual Disability. Performance Teacher.

---

<sup>1</sup>Trabalho de conclusão de curso apresentado como cumprimento de requisitos para a conclusão do curso de graduação em Licenciatura em Música, da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Sob orientação da professora Jaqueline Câmara Leite.

<sup>1</sup>Graduado na licenciatura em música com habilitação em violão pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL)



## Introdução

O artigo aborda a diversidade de obstáculos, ausência de subsídios, a precariedade nas políticas de inclusão e demais barreiras inerentes ao deficiente, correlacionando à dinâmica do docente, deficiência visual e a área de música. O artigo preocupa-se em contextualizar a tratativa histórica do deficiente no Brasil, ilustrando o comprometimento da sociedade diante de disfunções. Discute as tendências e principais vertentes sobre as novas óticas do deficiente, memora o atual contexto, percorrendo tópicos como a inserção no mercado de trabalho, acessibilidade, acompanhamento médico, assistência familiar e políticas de inclusão.

Este artigo surge da experiência do autor enquanto estagiário na Escola Municipal Almerinda Costa, localizada no bairro do Uruguai, em Salvador – Bahia, ao acompanhar as práticas de um docente de música deficiente visual durante o ano de 2017. Com intenção de contribuir para o debate sobre a inclusão do deficiente no mercado de trabalho, especificamente a inclusão do professor com deficiência visual no ambiente escolar, este estudo tem sua relevância por abordar um tema ainda incipiente na pesquisa científica e colabora para uma maior atuação deste público no mercado de trabalho, mais especificamente no campo da docência em música.

A questão norteadora deste artigo foi: como ocorrem as práticas de ensino de música de um professor com deficiência visual em uma escola pública da cidade do Salvador? O objetivo geral é compreender a atuação do professor de música deficiente visual, em uma escola pública da rede municipal de Salvador. Os objetivos específicos são: abordar o percurso histórico do ensino de música para a pessoa com deficiência visual; discutir a atuação de um docente em música com deficiência visual; descrever as práticas de ensino de música de um professor cego na Escola Municipal Almerinda Costa. Para tanto, além da pesquisa bibliográfica, usou-se como metodologia de pesquisa uma entrevista descritiva com o professor de música, Marcos Welby, revelando detalhes da sua trajetória pessoal, acadêmica e detalhes das práticas e objetivos das aulas. Foram coletados também dados por meio de observação “in loco” de quarenta aulas, durante o período de 2017 e dos relatórios. Foram selecionados 10 relatórios para este artigo, oriundos das observações das aulas, sendo cinco da turma do 4º ano do Ensino fundamental primeiro ciclo, com crianças na faixa etária de 10 anos, e mais cinco da turma



do 3º ano do Ensino fundamental primeiro ciclo, com crianças de 7 a 8 anos, da Escola Municipal Almerinda Costa.

Para embasar o artigo no que diz respeito ao referencial teórico, foram requisitados autores importantes que tratam tanto da inclusão no seu âmbito geral, quanto ao tema educação inclusiva, como no relatório de Domingos (2015) que traz uma reflexão sobre a formação e exercício da profissão do docente com baixa visão, e como é encarada a inclusão de um professor com deficiência visual no ambiente escolar, Louro (2012) trata sobre a garantia de direitos educacionais e como a pessoa com deficiência vem ganhando tratamentos diante das leis. Gugel (2007) contextualiza a maneira como a pessoa com deficiência vivia nas sociedades antigas. Santos (2007) relata sobre as primeiras instituições para ensino de música voltadas para deficientes musicais que surgiram no Brasil. Weygand (2009) revela que nessas instituições não havia a intenção de enriquecimento cultural. Sassaki (1998) aborda com ênfase o significado do termo inclusão na escola, Rogalski (2010) revela que no Brasil a educação especial começa a ser discutida a partir de 1970.

Maranhão (2005) discute sobre o surgimento de hospitais e abrigos destinados ao tratamento da pessoa com deficiência. Silva (2009) traz discussões relacionadas a maneira como as crianças com este perfil eram tratadas em sociedades antigas. Dicher e Trevisan (2014) fazem uma abordagem da trajetória percorrida pelas pessoas com deficiência ao longo da história da humanidade.

O artigo segue com o tópico 2, “A Sociedade e a Deficiência: breve histórico”. Neste tópico é descrito o percurso do deficiente desde o mundo antigo até o século XX. O item 2.1 O ensino de música e o deficiente visual trata sobre o ensino de música desde os primórdios até os tempos atuais. O tópico 3, “A Inserção do Deficiente Visual na Carreira Docente”, descreve de que forma os docentes deficientes se inserem na carreira docente visando a inclusão no mundo do trabalho e também o viés educativo das crianças que são alunos de professores com deficiência, pois isso, desperta nelas a consciência inclusiva. No item 4, “A Experiência de um Deficiente Visual Docente em Música: professor Marcos Welby”, com um relato sobre a atuação do professor Marcos Welby em suas aulas de música.

## 2. A Sociedade e a deficiência - Breve Histórico

Para que possamos ter uma compreensão do percurso da pessoa com deficiência, de início é importante observar que essa trajetória de vida traz consigo indícios de aceitação e respeito e também de extermínio ou abandono.

Segundo Louro (2012) a pessoa com deficiência tem, sobre as próprias costas, o fardo do estigma social, que, na história da humanidade, é peso velho conhecido de qualquer grupo de excluídos sempre acompanhado por uma realidade de lutas e perseguições.

Observa-se um discurso das sociedades antigas com relação aos direitos da pessoa com deficiência. O mundo antigo, mais precisamente o Egito, possuía uma sociedade que de certo modo contribuiu para o desenvolvimento cultural e social do homem e de forma significativa para a pessoa com deficiência. Segundo Gugel (2007), no Egito, há casos em que a pessoa com deficiência tinha o seu devido respeito, e podiam desenvolver suas atividades. A deficiência não era impedimento para que pessoas pudessem manter boas relações profissionais, por vezes funcionários residiram na casa dos seus patrões.

Visto que em algumas sociedades antigas, o direito da pessoa com deficiência de viver com dignidade era respeitado, é importante refletirmos em relação ao desrespeito. Silva (2009), relata sobre as práticas dos índios Chiricoa (habitantes das matas colombianas e andinas) que abandonavam as pessoas mais idosas ou incapacitadas por doenças, mutilações ou deficiências. Em decorrência da luta pela sobrevivência, os índios viam-se obrigados a mudarem para outro local, abandonando nas antigas moradas, as pessoas que não fossem plenamente capazes de se locomover.

Na sociedade grega, podemos observar dois ângulos diferentes com relação à aceitação e respeito da pessoa com deficiência. Segundo Gugel (2007) O famoso poeta grego Homero que, segundo relatos, era cego, consagrou em sua obra *Ilíada* o personagem Hefesto, o “Ferreiro Divino”, descrito pelo poeta e representado em gravuras como “portador de deficiência” em uma das pernas, mas que compensou essa “restrição” tornando-se mestre em metalurgia e artes manuais (GUGEL, 2007). Neste caso, dar-se por aceitar o “tido como diferente”, por outro lado essa mesma sociedade Grega, renega auxílio acrianças com deficiência. Silva (2009) relata situações onde ocorre sacrifício e abandono:



O tratamento dispensado às pessoas com deficiência na cultura grega era o de abandono ou sacrifício. Em Esparta, pelas leis vigentes, os pais de qualquer recém-nascido “eram obrigados a levar o bebê, ainda bem novo, a uma espécie de comissão oficial formada por anciãos de reconhecida autoridade, que se reunia para examinar e tomar conhecimento oficial do novo cidadão (SILVA, 2009, p.11).

Os romanos povos que nos deixaram sob grande influência na arquitetura, nas artes, na literatura. Segundo Silva (2009) essa sociedade praticava infanticídios; os pais deixavam crianças com alguma deficiência em cestos colocados às margens do rio Tibre, ou outros locais considerados sagrados pelos romanos. Esses bebês algumas vezes eram recolhidos por exploradores que, mais tarde, os utilizavam como esmoleiros.

O Cristianismo traz uma nova visão sobre as pessoas com deficiência. Se em outros momentos a pessoa com deficiência era abandonada a própria sorte ou mesmo sacrificada, com o cristianismo cria-se uma nova perspectiva. A igreja cristã não mais aceitava o abandono ou sacrifício de crianças desformes, assim pregava a prática de atos assistenciais às pessoas pobres e enfermas, de modo que nesse período também começaram a surgir os primeiros hospitais e organizações de caridade ou de assistência destinados ao atendimento desse público. O cristianismo condenava a prática apoiada pelo então sistema vigente da “morte de crianças não desejadas pelos pais devido a deformações”. (SILVA, 2009)

A pessoa com deficiência carrega marcas de sofrimentos, que na forma de preconceito, as punem do âmbito social por vezes ceifando suas vidas. Segundo Guterres (2013, p.23), a história mostra, por meio de poucos registros que em comunidades primitivas, as pessoas com deficiência visual eram barbaramente torturadas e condenadas à morte. Já no Egito Antigo, a partir de 2.500 A.C., graças ao aparecimento da escrita, há indicativos mais seguros quanto à existência e às formas de sobrevivência dos indivíduos com deficiência.

Em Roma, pessoas com variáveis casos de deficiência sofriam utilização para fins de prostituição ou entretenimento das pessoas ricas: cegos, surdos, deficientes mentais, deficientes físicos e outros tipos de pessoas nascidas com má formação eram também, de vez em quando, ligados a casas comerciais e bordéis bem como a atividades dos circos romanos, para serviços simples e às vezes humilhantes.



Em relação ao preconceito, Domingos (2015) busca uma compreensão entre a pessoa com deficiência, e outros grupos étnicos e religiosos.

Os preconceitos dos quais as pessoas cegas são vítimas, não resultam do facto delas serem odiadas pela sociedade, uma vez que não são consideradas como uma ameaça, como acontece no caso do preconceito contra grupos étnicos ou religiosos. No entanto, as pessoas com deficiência visual geralmente são rejeitadas e lastimadas, o que também é uma forma de discriminação. (DOMINGOS, 2015, p.42)

Dentro do entendimento de alguns povos antigos, a cegueira poderia receber características diferentes; de todo modo não se buscava uma assistência a esse público.

Nas culturas hebraica, árabe e hindu, o sentido fundamental era a audição, pois a fonte suprema da verdade era uma divindade invisível, que só poderia interagir com o homem pela palavra. Saber ouvir era muito importante. Por isso, nessas culturas, os cegos eram valorizados, possuidores do dom divino e de grande sabedoria”. Contudo, excetuando algumas sociedades, a infelicidade humana aparecia sempre decorrente da natureza corruptível e má do homem. É exemplo disso o que acontecia na cultura judaica, que seguia o Velho Testamento, para quem a cegueira tinha forte conotação de pecado. Bruno (1999, p.17 apud Domingos, 2015, p.32,33)

Com a intenção de viés educacional, um exemplo de respeito à pessoa com deficiência vem de Portugal, como relata Domingos (2015).

Pode-se considerar o ano de 1822 como o ano de arranque da educação de crianças deficientes em Portugal, quando, em Arganil, um professor de latim de nome José António de Freitas Rêgo, solicita a D. João VI que se ensine crianças cegas e surdas. Neste sentido, e para dar seguimento ao pedido que lhe fora feito, o monarca contratou Aron Borg, um especialista sueco e diretor do Instituto de Estocolmo. Este, ao definir normas pedagógicas e propondo fins a atingir, criou e implementou um Instituto de Surdos-Mudos e Cegos em Lisboa. (DOMINGOS, 2015, p.37)

Segundo Louro (2012), deficiência visual é o termo para definir indivíduos que apresentem desde a ausência total da visão até a perda da percepção luminosa. Louro (2012) apresenta duas escalas oftalmológicas que são fundamentais para a definição da deficiência visual: Acuidade visual, significando o que o indivíduo consegue enxergar à determinada distância e campo visual, que nos informa sobre a amplitude da área alcançada pela visão.

O termo cegueira não corresponde, obrigatoriamente, à uma incapacidade para ver, mas sim a diferentes pessoas com variados graus de visão residual. Daí a opção pelo termo deficiência visual que, além de



mais brando, denota um leque de variabilidade clínica. (LOURO,2012, p.247,248)

A deficiência visual seja ela de forma branda ou severa, atinge grande parte da população mundial, contudo mesmo depois de grandes conquistas no âmbito assistencial, e independente de o país ser rico ou subdesenvolvido, nota-se uma certa precariedade nas intervenções benéficas.

Segundo a OMS, cerca de 1% da população mundial apresenta algum grau de deficiência visual. Dos afetados, mais de 90% se encontram em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Os países desenvolvidos, apesar de menor escala, também não estão imunes ao problema. Dos seus deficientes visuais, cerca de 5% são crianças, o que, também por lá, representa um constante desafio para pais e educadores. (LOURO,2012, p.247).

Cada uma dessas situações pode ter seu diagnóstico firmado. A partir dessa análise, os profissionais da educação serão os principais aliados no processo de inclusão social desses indivíduos.

## **2.1 O ensino de música e o deficiente visual**

A música é cultivada desde as mais remotas eras, a exemplo dos chineses que 3.000 anos A.C, já desenvolviam teorias musicais complexas. De acordo com Med (1996, p.09), além de arte, a música é considerada uma ciência, desse modo, músicos (compositores e intérpretes) dedicam anos de estudos aliados a força de vontade e perseverança para alcançar um nível de profissionalismo apurado.

Até então abordamos o ensino de música no âmbito geral para toda e qualquer pessoa, entretanto é de extrema importância direcionarmos o nosso olhar para a questão do contexto histórico que viabiliza o ensino de música para a pessoa com deficiência visual.

As primeiras instituições residenciais com propósito educacional para alunos cegos, nascem na Europa, mais precisamente na França no final do século XVIII, onde Valentin Haüy cria uma instituição educacional filantrópica para jovens cegos em 1785, essa instituição obtém reconhecimento oficial e em 1795 transforma-se no Institut National des Jeunes Aveugles, onde era oferecida instrução gratuita a um pequeno grupo de cegos indigentes, estimulando a formação "intelectual, musical e manual (WEYGAND, 2009, p.9).



Outro dado histórico ocorrido na Europa no século XIX, de grande importância para o ensino de música para a pessoa com deficiência visual, tem um avanço significativo com Louis Braille (1809-1852), que adaptou o sistema de Barbier e criou em 1825 o sistema Braile.

Louis Braille (1809-1852), que se beneficiou dos ensinamentos de música instituídos quando ingressou no Institut National des Jeunes Aveugles em Paris aos dez anos de idade quando perdeu a visão ao brincar com ferramentas pontiagudas do seu pai. Por meio da sua aproximação com a sonografia, um sistema de código sonoro criado por Charles Barbier para comunicação militar, onde adapta o código ao sistema alfabético, gerando uma forma de escrita tátil em seis pontos onde incluía codificação para letras, pontuação, códigos numéricos e música. (WEYGAND, 2009, p.9).

O Imperial Instituto dos Meninos Cegos nasce no Brasil como a primeira instituição que assegurava a instrução musical para a pessoa com deficiência visual. Fundado no Rio de Janeiro, no reinado de D. Pedro II pelo decreto 1.428 de 12 de setembro de 1854, tinha como o objetivo o ensino de educação moral e religiosa, de *música*, ofícios fabris e trabalhos manuais. Por volta de 1890 passa a ser chamado Instituto Benjamin Constant. Com relação ao surgimento de outras instituições no Brasil, Santos (2007) relata:

Em 1926, surge o Instituto São Rafael, em Belo Horizonte, Minas Gerais; em 1927, o Instituto Padre Chico em São Paulo; em 30 de abril de 1933, em 1933 em Salvador Bahia o Instituto de cegos da Bahia. Posteriormente, em 1946, foi criada a Fundação para o Livro do Cego no Brasil (FLCB), com o objetivo de produzir e distribuir livros em braile. A referida instituição trouxe significativas contribuições (SANTOS, 2007, p. 19).

Segundo Weygand (2009), em relação a pessoa com deficiência todas as conquistas obtidas são de grande valia, mas é importante saber que com relação ao ensino de música no século XIX, período de fundação das primeiras instituições, tanto na Europa quanto no Brasil, o ensino direcionado para a pessoa com deficiência visual não está totalmente ligada para a formação cultural e qualidade de vida.

O objetivo de treinar trabalhadores capazes de exercer as ocupações de artesão, cantor, instrumentista, e também afinador de piano. Não se tratava de valorizar o fazer musical como atividade acessível e significativa que poderia enriquecer a vida dos alunos cegos, desafiando seu potencial e promovendo um campo de realização pessoal (WEYGAND, 2009, p.10).





Com o passar dos anos as discussões sobre os direitos da pessoa com deficiência no que diz respeito a questão educacional e a garantias dos seus direitos tornaram-se mais constantes, no entanto essas conquistas se deram por meios de diálogos, principalmente na questão educacional. “O contexto da deficiência, em sua trajetória histórica, evoluiu de uma educação restrita- em instituições pretensamente especializadas, até um referencial de inclusão baseado na igualdade de direitos, nos âmbitos pedagógicos e social” (LOURO, 2012, p. 31).

Segundo Louro (2012), alguns marcos históricos deram viabilidade a uma proposta de educação inclusiva que foi construída gradativamente, iniciando-se com a Declaração dos Direitos humanos de 1948, que enfatiza em seu artigo XXVI que a educação deve ser gratuita obrigatória e acessível a todos. A Declaração Mundial de Educação para todos, de 1990, delimitou em seu art. 3, a universalização do acesso à educação e promoção da equidade, ressaltando que a “aprendizagem básica inclusiva deve não apenas estar acessível à pessoa com deficiência como também ao sistema educacional”.

A carta de Salamanca, construída na Espanha entre 07 e 10 de junho de 1994, em termos de garantias de direitos de todas as pessoas que possuem alguma deficiência, é bastante objetiva, e traz na sua essência regras e padrões sobre a equalização de oportunidades para pessoas com deficiência, e obriga os estados assegurarem que a educação de pessoas com deficiência seja parte importante do sistema educacional. Dentre os objetivos podemos citar alguns:

- Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem.
- Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas.
- Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades.
- Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades (SALAMANCA, 1994, p. 01).

É importante lembrar que a Constituição Federal Brasileira de 1988, artigo 208, já orientava que a educação da pessoa com deficiência deveria estar “preferencialmente no sistema regular de ensino”.



Para que possamos compreender o percurso em relação tanto ao ensino de música, quanto a garantia de direitos para a pessoa com deficiência, é preciso lançar um olhar capaz de propor ideias construtivas em conjunto com as diretrizes que movem a educação inclusiva, contudo visualizar a quem a mesma está destinada. Sobre isso Louro (2012) relata:

A educação de pessoas com deficiência traz à luz questões de estreita importância que devem ser consideradas muito antes de se pensar na estratégia de ensino. O histórico social, pessoal e pedagógico do aluno, a postura da família frente ao problema, as relações com os profissionais da saúde e as abordagens clínicas e psicológicas (LOURO, 2012, p.25).

A educação inclusiva na sua amplitude propõe romper barreiras que de certo modo nos parece invisíveis. Essas barreiras surgem em forma de preconceitos que a partir de um olhar voltado à educação podemos criar novas perspectivas de vida para a pessoa com algum tipo de deficiência. Para entender o termo educação inclusiva Sasaki (1998), relata:

Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes (SASSAKI, 1998, p. 08).

A educação especial pode ser considerada sobre diversos aspectos pois a inclusão envolve tantas pessoas com algum tipo de deficiência como também pessoas com habilidades extraordinárias.

Historicamente, a educação especial tem sido considerada como educação de pessoas com deficiência, seja ela mental, auditiva, visual, motora, física múltipla ou decorrente de distúrbios evasivos do desenvolvimento, além das pessoas superdotadas que também têm integrado o alunado da educação especial (ROGALSKI, 2010, p.03).

A educação especial surgiu em meio a muitas lutas, com organizações e leis favoráveis à pessoa com deficiência. De modo que esse modelo de educação começou a ganhar força a partir da Declaração de Salamanca (1994), a partir da aprovação da constituição de 1988 e da LDB 1996. Contudo antes de todas essas evoluções tanto a

educação por meio da música, quanto a educação regular, direcionada à pessoa com deficiência, visavam apenas a isentar o Estado de alguma responsabilidade.

A educação do deficiente se concentrava basicamente no ensino de trabalhos manuais aos mesmos, na tentativa de garantir-lhes meios de subsistência e assim isentar o Estado de uma futura dependência desses cidadãos (ZANFELICI, 2008, p.254).

Assim era perceptível a falta de uma política que se preocupasse realmente com o bem-estar da pessoa com deficiência, além de proporcionar-lhe enriquecimento cultural. Contudo, a prática da educação inclusiva merece atenção especial, é importante certificar-se dos objetivos dessa inclusão, quais os benefícios e avanços que o aluno poderá ter estando junto aos demais alunos da rede regular.

### **3 - A inserção do deficiente visual na carreira docente**

É notório o quanto o trabalho representa para a afirmação das pessoas com deficiência visual, pois as retira de uma parcela significativa de pessoas que se encontra marginalizadas no mercado de trabalho, sendo alvo de atitudes discriminatórias e de preconceito. Assim, o que de fato poderia trazer uma reparação nesse contexto? Domingos (2015) relata:

Se por um lado, é evidente que uma pessoa com deficiência visual apresenta limitações, por outro, se forem tomadas medidas adequadas, estas podem ser minimizadas ou até mesmo eliminadas através de duas formas: uma educação adequada à realidade do deficiente visual, e o uso da tecnologia para minimizar as barreiras que possam vir a enfrentar no seu posto de trabalho (DOMINGOS, 2015, p.42).

De acordo com Domingos (2015) Essa participação social se dá também na inclusão de professores com deficiência visual, pois ao mesmo tempo que torna o ambiente escolar diverso, contribui para resgatar sua dignidade que por vez estava marginalizada e refém de uma sociedade imediatista e individualista.

Com um salto importante que permite entender questões que dizem respeito a ascensão da pessoa com deficiência nas variadas formas de trabalho, deposito sobre a docência a importância da sua inclusão no mercado de trabalho, neste caso um professor de música deficiente visual proporcionando aos seus alunos conhecimento e criando nesses jovens uma consciência inclusiva.



No cenário que compreende o campo da docência, sempre nos deparamos com professores ditos “normais”, ensinando para alunos com alguma deficiência, mas o inverso são pouco os casos. Sobre essa divergência Domingos (2015) relata:

De todas as profissões possíveis de serem desempenhadas por uma pessoa com deficiência visual, apenas importa, para o presente relatório, refletir sobre a profissão docente. Como ponto prévio desta abordagem, é importante destacar o facto de terem sido inúmeros os estudos encontrados acerca das experiências pedagógicas vivenciadas entre professores ditos «normais», com alunos com deficiência frequentando o ensino regular, sob a bandeira da escola inclusiva. Porém, o inverso não aconteceu (DOMINGOS, 2015, p.50).

Ainda hoje, para algumas pessoas, os indivíduos com algum tipo de limitação não são capazes de exercer um papel digno na sociedade.

#### **4 A experiência de um deficiente visual docente em música: professor Marcos Welby**

Detalhando para o professor deficiente visual, ainda antes de qualquer tipo de cargo, a primeira barreira a vencer é o completo desconhecimento do espaço da escola ou até mesmo do percurso entre a casa e a escola, que são, no mínimo, uma luta diária com obstáculos a vencer.

Quando você sai do Ensino Médio, de imediato você deixa de ter o apoio do estado, e quando ingressei no ensino superior fui aluno da Universidade Católica e da Universidade Federal da Bahia, nas duas não obtive apoio. Então foi necessário muito esforço e dedicação, por exemplo, instituições que não tinham nenhuma ligação com a universidade davam apoio pedagógico, esses apoios vinham da Biblioteca Central, onde tinha o setor específico para leitura, dentro da universidade eu precisava de muito esforço. Outro aspecto que posso traduzir como difícil, foram as avaliações oralizadas, único meio encontrado pelo professor. O Ensino Superior vai quem tiver folego, hoje tornou-se um pouco mais fácil, por conta das tecnologias, das ferramentas de auxílio. (WELBY, 2018, entrevista)

Marcos Welby especializou-se em processamento de dados, pela Escola de Engenharia Eletromecânica da Bahia, atuando na Secretaria de Educação do Estado da Bahia em 1992, como programador de computador, vestibular para música, concluindo bacharelado nessa área na Universidade Católica de Salvador (UCSAL), em 1998. A partir de 1999 paralelo a trajetória musical, inicia uma caminhada acadêmica com a especialização *latu senso* em fonoaudiologia, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB),



concluindo em 2001. Em 2004 concluiu licenciatura em música pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde também, concluiu o mestrado e doutorado em Educação Musical.

A base estrutural para que as aulas do professor Marcos Welby ocorram, se fortalece a partir da nova Lei 13.278/2016, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB — Lei 9.394/1996), que inclui as artes visuais, a dança, a música e o teatro nos currículos dos diversos níveis da educação e está fundamentada na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) que em seu art.1 destaca que tem por objetivo assegurar e promover condições de igualdade no exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para a pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadã.

Para analisar as práticas de ensino do professor, foram selecionados 10 relatórios oriundos das observações das aulas, com os relatórios percebe-se que algumas aulas enfatizaram a iniciação ao violão, apresentando aos alunos os acordes iniciais, uso dos dedos (indicador, médio e anelar), cifras musicais, a estrutura do violão e dedilhados.

Essa atividade foi realizada sob a orientação do professor Welby, que indicava aos alunos a teoria e o estagiário auxiliava com o comando prático, mostrando como executar os acordes ou escrevendo no quadro as escalas, e na apresentação de artistas que eles não conheciam, como: Gilberto Gil, Caetano Veloso, Luiz Gonzaga entre outros, e cantores com deficiência visual como Ray Charles e Andrea Bocelli.

Nas aulas onde se trabalha com o desenvolvimento rítmico, o professor emite o ritmo e os alunos repetem utilizando instrumentos de percussão, e atividades que focam no desenvolvimento auditivo, como identificar sons agudos e graves, fortes e fracos, relata sobre algumas canções que desvalorizam a mulher e traz debates sobre a questão da pessoa com deficiência.

A música na formação desses jovens, estabelece conceitos para uma sociedade que pretende ser mais justa e inclusiva, de modo que nos alerte, que um espaço inclusivo não é aquele em que convivemos com os iguais.

Baseado na metodologia de Edgar Willems, o professor Welby trabalha a sensibilização, procurando desenvolver o seu aspecto sensorial, afetivo e mental, através do ritmo, da melodia e harmonia.



Nessa perspectiva, Willems orienta que o aluno vivencie o máximo da prática. Vale destacar que essa vivência de Willems deve seguir a ordem que ele julgar ser natural: primeiro viver os fenômenos musicais para depois senti-los afetivamente e sensorialmente e, por fim, saber o que vive para viver conscientemente (ALVES, 2015, p.31).

A criação de canções já provoca uma representatividade emocional nos alunos, de modo que torna essa atividade divertida. Ao trabalhar uma canção seja ela composta pelos próprios alunos ou mesmo uma canção popular, Welby procura abordar alguns elementos fundamentais propostos por Willems (apud, ALVES, 2015), que auxiliam interdisciplinaridade: postura física, qualidade de acompanhamento, movimentos corporais e a qualidade da emissão ligada à afinação.

No que diz respeito as habilidades em música, o objetivo é direcionado ao raciocínio matemático, pois toda a sistemática das cifras e partituras utilizadas na composição são consideradas equações matemáticas: repetições, padrões, tríades, escalas, coerências e adequação de tom. Com relação a avaliação dos alunos o professor Marcos Welby relata:

Essa capacidade de já saber cantar e criar de uma maneira livre. Contudo, no momento da atividade eu não explico as atividades, apenas peço que faça, os deixo livres para criar, vivenciar, não associar o ensino de Música somente ao talento de alguns, apenas crio a situação favorável ao ensino de música e a sua apreciação. Procuro fazer muito mais, desde o aluno que chega aflito em sala, ou mesmo aquele que não tem um acompanhamento dos pais, que de certo modo o tornará uma criança desobediente. Esse fazer qual eu me refiro, tem uma ligação com a teoria de Willems. Depois que a atividade é feita eu explico ao aluno. (WELBY, 2018)

Com a relação à sua metodologia, a voz cantada é o seu principal canal para uma aproximação com os alunos.

Desde o início da minha profissão quando entrei na sala de aula eu tive vários teóricos que contribuíram na minha formação. A minha metodologia é bastante fundamentada na voz cantada, porque na voz cantada? Pois por meio dela eu consigo perceber o meu aluno no seu todo, assim percebo se ele tem um perfil disciplinado ou indisciplinado. (WELBY, 2018)

As aulas de iniciação ao violão obtiveram um bom aproveitamento por causa da metodologia aplicada, para a realização dessa atividade o professor Welby, contou com



total participação do estagiário que orientava, e escrevia as cifras e símbolos musicais no quadro.

## 5 Considerações finais

O artigo teve por objetivo compreender como são desenvolvidas as práticas de ensino e a convivência com a comunidade escolar na qual está inserido, relatando suas dificuldades e êxitos em sala de aula. Observou-se também o contexto histórico da pessoa com deficiência e as evoluções legislativas que concentravam forças tanto nas questões de inserção no mercado de trabalho como na questão inclusiva.

Com a análise das aulas, observamos um diferencial importante nas práticas de ensino do professor Welby, pois o fato dele estar neste ambiente serve de exemplo para as crianças e promove uma consciência inclusiva que eles vão levar para a vida.

Com relação ao objeto do artigo, entende-se que os resultados obtidos pelo professor Welby, são de grande importância, para a formação intelectual dos jovens, e inspiração para futuros docentes com deficiência visual.

## Referências

- ALVES, Cinthya Gabrielle da Silva. **Materiais didáticos na educação musical: um estudo sobre as contribuições do método de Edgar Willems no ensino fundamental**. 2015. 45 f. Monografia (graduação) - Escola de Música, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2015.
- DOMINGOS, Elisabete Marcelino. **O professor com deficiência visual no ensino da História e Geografia: questões em torno da sua adaptação e sucesso profissional**. 2015.
- GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com deficiência e o direito ao trabalho**. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.
- GUTERRES, Janete Terezinha Sloczinski. **Os direitos humanos e a proteção jurídica das pessoas com deficiência: uma análise a partir da realidade brasileira**. 2013.
- LOURO, V. dos S. et al. **Fundamentos da aprendizagem musical da pessoa com deficiência**. São Paulo: Ed. Som, 2012.
- MED, Bohumil. **Teoria da música**. Brasília: Musimed, 1996.
- ROGALSKI, Solange Menin. **Histórico do surgimento da educação especial**. Revista de Educação do IDEAU, v. 5, n. 12, 2010.
- SALAMANCA, Declaração de. Portal do Ministério da Educação, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 24 de agosto



- de 2018.
- SANTOS, Miralva Jesus dos. **A escolarização do aluno com deficiência visual e sua experiência educacional.** 2007.
- SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos.** 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999, 174p.
- SILVA, Otto Marques da. **Em sua apresentação à obra Epopeia Ignorada.** 2009.
- REVISAM, Elisaide; DICHER, M.A **jornada histórica da pessoa com deficiência: inclusão como exercício do direito à dignidade da pessoa humana.** In: CONPEDI. (Org.). **Direito Internacional dos Direitos Humanos.** 1ed. João Pessoa: CONPEDI, 2015, v. 1, p. 254-276.
- WELBY, Marcos Entrevista sobre as práticas de ensino e trajetória de vida. **Práticas de Ensino de Música de um Professor com Deficiência Visual em uma Escola Pública Cidade de Salvador.** Salvador: 25 set. 2018. Entrevista concedida a Ramon Barreiros Lima.
- WEYGAND, Z. **The Blind in French Society from the Middle Ages to the Century of Louis Braille.** Stanford: Stanford University Press, 2009.
- ZANFELICI, Tatiane Oliveira. **"A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI."** Educar em Revista 32 (2008): 253-256.